



1 **• Reunião Ordinária ° • Conselho Estadual dos Direitos da Mulher • 11/10/2016 • CEDM/PR**

2 -Aos onze dias do mês de outubro do ano de 2016, às 8h 30min em primeira convocação, na
3 Sala de reuniões do 7º andar da **Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social-**
4 **SEDS/PR**, sito no Palácio das Araucárias, a rua Jacy Loureiro de Campos s/nº-Bairro Centro
5 Cívico, em Curitiba-PR, foi dado início a **Reunião Ordinária do Conselho Estadual dos**
6 **Direitos da Mulher – CEDM**, para a qual as Conselheiras foram previamente convocadas. A 1º
7 chamada se deu através da **Secretária Executiva Juliana Müller**, que contabilizou a presença
8 das seguintes conselheiras: - Mariana Dallo (Casa Civil), Luciana de Fátima Alonso Kaiser
9 (FETRAF), Elaine Ferreira Galvão (Rede Feminista de Saúde), Maria Isabel Corrêa (UBM/PR).
10 Dando um espaço de tempo para completar o quórum, às 9:00 horas realizou-se a 2º
11 convocação quando um novo grupo de Conselheiras se fez presente:- Ana Cláudia Machado
12 (SESP), Anacélie de Assis Azevedo (SINDIPETRO-PR/SC), Juliane Bielak (suplente –
13 SINDIPETRO-PR/SC), Maria Aparecida Martins Santos (FESSMUC), Terezinha Beraldo P.
14 Ramos (SEDS), Juliana Chagas Mittelbach (SINDSAÚDE), Maria Marucha S. Vettorazzi
15 (FETAEP), Alaerte Leandro Martins (Rede Mulheres Negras - PR), Jussara Fátima Ribeiro
16 (Emater – SEAB), Márcia Regina Coelho Luhr de Oliveira (SEET), Marli A. Vaz Mussulini (SEJU/
17 área do trabalho), Cibele Cristiana de Arruda (SEEC), Maria Cristina Fernandes Ferreira (SESA),
18 Sueli Preidum de Almeida Coutinho (SINDSAÚDE – PR) e Josiane Ferreira Liz (Federação de
19 Mulheres do Paraná), totalizando **19 conselheiras**. Registrado também, a presença das
20 seguintes colaboradoras: Dra. Danielle M. Vieira (Núcleo Jurídico da SEDS), Sandra Prado
21 (Casa da Mulher Brasileira), Janaína B. Luz (DEPEN), Clemilda Santiago Neto (SEED –
22 colaboradora), Cinthia Maria Mattar Bernardelli Dias (Diretora do **Presídio Central Estadual**
23 **Feminino**), **Rita de Cássia Rodrigues Costa Naumann (Diretora do Penitenciária Feminina**
24 **do Paraná)**, **Renata Himovski Torres (DEPEN)** e **Camila M. Daltoé (MP/PR)**. No seu papel a
25 **Conselheira e Coordenadora da Política para Mulheres – SEDS, Terezinha Beraldo P.**
26 **Ramos (vice presidente)**, deu boas vindas à todas, iniciando a reunião com as apresentações
27 agendadas. • **Item 3 - Apresentação:- “Plano Estadual de Atenção às Mulheres**
28 **Encarceradas” - PEAME** – Presentes na plenária, a **Dra. Rita de Cássia R. Costa Naumann**,
29 Psicóloga e Diretora da Penitenciária Feminina do Paraná, que iniciou a sua explanação,
30 agradecendo a oportunidade do espaço concedido por esse Colegiado e apresentando a equipe
31 que a acompanhava. Vários fatores determinaram a nível nacional e no Estado, para se ter o
32 aumento significativo de mulheres aprisionadas. Para se ter ideia, o número de homens presos
33 aumentou em 220%, enquanto o de mulheres atingiu 567%. Esse tema é pauta prioritária na
34 elaboração do Plano para mulheres egressas. Outro fato a ser observado: o aparato penal é
35 voltado para os homens, os presídios são espaços que refletem normas e procedimentos.
36 Quase 90% dos servidores são homens e a experiência demonstra que a prisão exclui muito
37 mais, potencializando a vulnerabilidade. As mulheres são provedoras, já foram abandonadas
38 pelos companheiros e essa dor da ausência atinge filhos, tias e avós. As mulheres representam
39 7% das pessoas presas e esse número provocou no Ministério da Justiça a realização de
40 discussão a nível nacional. Há uns 2 anos atrás, foi constituída uma Comissão do DEPEN,
41 visando uma discussão dessa Política. Foi um processo de maturação e a escolha teve de ser
42 representativa. Agora mais consistente, abriu-se a discussão para outras Secretarias. Ainda em
43 audiência pública, a previsão é lançar essa Política até novembro, pois centenas de mulheres
44 aguardam em delegacias e esse aumento traz reflexões em diversos aspectos. Na
45 criminalidade, atinge-se 70% com envolvimento com o tráfico de drogas (idade: 18 a 26 anos),
46 porém com a presença de mulheres mais idosas. • **Composição do PEAME** – Tribunal de
47 Justiça, Saúde, Educação, OAB – Universidade Federal do Paraná – Rede Marista – Conselho



48 Penitenciário e Ministério Público. A Diretora informou que no dia anterior recebeu-se do
49 Ministério da Justiça, as primeiras diretrizes de atendimento às crianças com as mães
50 encarceradas, assegurando os direitos dessas crianças, já atendidas pela Rede Marista através
51 de uma proposta educativa. Entre outras informações, foi ressaltado que no DEPEN existem 35
52 estabelecimentos penais e a Penitenciária Feminina conta hoje com 400 presas. A humanização
53 é um item preponderante, já que inúmeras violações ocorrem nesse período, como o tratamento
54 dispensado nos camburões, onde as mulheres são tratadas como homens. ● **Diretrizes do**
55 **PEAME – 1) Avançar na legislação – Mulheres grávidas (decreto que proíbe algemar).** Há uma
56 diferença no perfil de quem é preso: a mulher pela condição de mãe, responde muito mais ao
57 tratamento penal, sendo mais propício investir. Trazer a participação da Sociedade Civil. Da
58 equipe presente fazia parte Renata Himovski Torres (DEPEN) que declarou:- até a formação dos
59 servidores Agentes Penitenciários deve também ser voltada para a população feminina, porém
60 não constava na grade curricular. **Dra. Rita de Cássia** anunciou que presentemente existem 11
61 (onze) gestantes no DEPEN, isso porque dias atrás houve um mutirão carcerário para a
62 liberação de muitas presas gestantes e idosas. Na primeira etapa foram 151 mulheres e eram 35
63 bebês, hoje permanecem apenas 8. ● **Registrada a chegada da Conselheira Eliana Maria dos**
64 **Santos (FETEC - CUT/PR).** Sabe-se que a publicação do PEAME está prevista para novembro
65 de 2016. Planeja-se a realização de Assembleias com grupos de apenadas, abrindo com elas
66 para que também possam contribuir. ● **Avanços – Consolidação do Projeto Estadual Casa,** na
67 Penitenciária Feminina do Paraná – **Parcerias inestimáveis: Rede Marista e Secretaria de**
68 **Estado da Saúde.** Momento das consultas públicas – participam servidores, Sociedade Civil,
69 técnicos, acadêmicos – Escola de Formação e Aperfeiçoamento Penitenciário – a política foi
70 dividida em oito eixos, com a inclusão dos povos tradicionais e LGBT. Ao final desse momento, **a**
71 **vice presidente Terezinha Beraldo P. Ramos (SEDS)** agradeceu a presença da equipe
72 visitante, lembrando o seu primeiro contato com o Dr. Luiz Alberto Cartaxo Moura – diretor
73 geral da DEPEN e a oportunidade que teve de visitar a Penitenciária Feminina. A vontade de
74 acertar e diminuir os problemas existentes é expressiva, nessa luta contra as questões de
75 diversidade sexual, problemas de deficiência, entre outros que também estavam invisíveis,
76 incluindo o monitoramento para as detentas que retornaram às suas casas. Agradeceu ainda,
77 por ter sido acolhida nesse processo. **Inscrições para questionamentos:-** Da parte da
78 Conselheira **Juliana Chagas Mittelbach (SINDSAÚDE)** veio a posição, se realmente o maior
79 número de encarceradas são as mulheres negras. Ressaltou que, está sendo vista uma redução
80 de gastos do Governo, cujo congelamento será estendido também para os Estados. Sendo
81 assim, será possível mesmo executar esses programas? Comprometida, a Conselheira **Alaerte**
82 **Leandro Martins (Rede Mulheres Negras - PR)** afirmou estar muito feliz pelo que acabou de
83 ouvir. Em vias de se aposentar, sempre cobrou a cobertura da questão do câncer. Somente em
84 2004 é que tomou conhecimento da existência dessas mulheres, imaginou então, a ignorância
85 do restante do país. Garantiu ser possível garantir a mamografia, porém como fica o transporte
86 para levá-las? Demonstrou também satisfação pelo desencarceramento de número expressivo
87 de detentas. No momento seguinte, a conselheira **Maria Cristina Fernandes Ferreira (SESA),**
88 parabenizou a equipe visitante na pessoa da expositora **Dra. Rita de Cássia Costa Naumann,**
89 afirmou que em tempos idos trabalhou cerca de 8 anos com a população detida, conhecendo
90 cerca de 1.000 unidades em todo o Brasil. A pior delas estava localizada num porão, onde se
91 deparou com uma presidiária amamentando um bebê. Nessa época, o Brasil não tinha ainda o
92 Censo penitenciário. Considerou interessante o Banco de dados proposto, sugerindo uma
93 parceria com o IBGE. Apontou que a família costuma abandonar a apenada, porém se o preso é
94 o companheiro, dificilmente a mulher deixa de visitá-lo. O Paraná era o Estado com o maior
95 canteiro de obras nos presídios. Toda essa população se faz sujeito de direito **pelo avesso,** não
96 tendo acesso à renda, saúde, segurança pública. Aí ela comete um delito e ficará sob a custódia



97 do Estado, passando a receber assistência social, jurídica etc, dando os direitos fundamentais
98 que devem ser inalienáveis. Considerou que os presídios brasileiros não são diferentes das
99 antigas masmorras. Dessa vez, a palavra foi dada à **Conselheira Marli Mussulini (SEJU)** que
100 ao parabenizar as visitantes, colocou a Diretoria do Trabalho à disposição dessas ações, uma
101 vez que detém a área de qualificação profissional que em muito poderá beneficiar essas
102 mulheres, através das Agências do Trabalhador. Aliado a isso, a **Conselheira Elaine Ferreira**
103 **Galvão (Rede Feminista de Saúde)** também parabenizou o grupo, narrando em seguida a
104 situação da cadeia de Londrina, destacando o problema da superlotação e precárias condições.
105 Procura-se uma saída para transferir as detentas para o 4º DP, que possui uma estrutura melhor,
106 minimizando as dificuldades no atendimento às presas. Ponderando sobre a questão da
107 assistência religiosa sugerida pelas representantes da DEPEN, a **Conselheira Elaine** comentou
108 que, não desconsiderando a importância desse apoio, acha importante observar como isso será
109 feito, para que não sejam desrespeitados os princípios constitucionais de laicidade do Estado e
110 de liberdade religiosa, acreditando que o caminho correto é de acolher e respeitar todas as
111 crenças.” Após os cumprimentos, a **Conselheira Eliana M. dos Santos (FETEC – CUT/PR)**
112 mostrou sua preocupação com relação ao orçamento e também quanto à questão religiosa. No
113 momento, vive-se uma crise de humanidade quando se prega a pena de morte. É necessário
114 resgatar a autoestima dessas mulheres. A técnica visitante **Renata Himovski Torres (DEPEN)**
115 anuiu quanto a previsão orçamentária, porém desde 2013 existe um grupo que avançou mesmo
116 sem a questão financeira. Trabalha-se com captação de recurso externo, observando-se os
117 editais de todo o Brasil. Escreve-se os projetos que vão para o MEC e MDSA, não esperando
118 somente o orçamento da SESP e sim juntos a uma rede de parceiros. Em alguns casos, espera-
119 se o “time” da própria gestão. •**Transporte das detentas:-** É realizado pela Polícia Militar dentro
120 do Sistema, sempre com a presença de uma agente feminina. Alguns avanços estão aí, tais
121 como a extinção do algemamento e a proibição constrangedora da revista íntima, hoje utilizando
122 o detector de metal. Assim, uma vez aprisionada, o único direito perdido é o da **liberdade** pois
123 os demais são preservados. •**Visita social e íntima –** nas Unidades Masculinas, existem filas
124 de mulheres para esses encontros, enquanto que das 400 mulheres aprisionadas, somente uma
125 recebe visita íntima. Afirmou-se que as presas não engravidam, justamente por não receberem
126 seus companheiros. No entanto, hoje já existe o relacionamento homoafetivo na prisão.
127 Respondendo agora ao questionamento da **Conselheira Alaerte Leandro Martins (Rede**
128 **Mulheres Negras -PR)**, Dra. Rita de Cássia Naumann esclareceu que as 11 presas que
129 permaneceram na Unidade são apenas provisórias. Todos os casos foram analisados e
130 muitas utilizam tornozeleiras eletrônicas, mantendo também seus exames preventivo dentro do
131 Sistema. Quando necessário, são atendidas pela Maternidade Vitor do Amaral e Hospital
132 Angelina Caron. Quanto à questão religiosa, comentou-se que essa ação está previsto em Lei,
133 permitindo que as unidades recebem diversas religiões. É visto como um apoio à
134 vulnerabilidade, muito procurado pelo suporte emocional. Esses grandes parceiros entram com
135 coral, grupos musicais, cursos profissionalizantes, alguns deles agindo há mais de 20 anos. Foi
136 avaliado que com a extinção das Unidades Mistas, cerca de 500 a 600 presas aguardam vir para
137 as Unidades. É lamentável que a saída e distância acabam rompendo o vínculo familiar. A
138 técnica **Renata Himovski Torres (DEPEN)** relatou ter estado no 4º Distrito para observar a
139 viabilidade dos presos, onde o Delegado mostrou-se comprometido com essa pauta e a nova
140 gestão do Depen tem um intenso olhar para as Delegacias, abrindo-lhes as portas para entrar
141 saúde, trabalho, assistência social. Registrada a chegada da **Promotora de Justiça Dra.**
142 **Mariana Bazzo.** Nesse momento, a técnica **Janaina B. Luz (DEPEN)** fez alguns
143 esclarecimentos sobre a Carteira de Trabalho, agradecendo a visibilidade do assunto através do
144 embasamento técnico emprestado pela Diretora da Penitenciária Feminina, **Dra. Rita de Cássia**
145 **Naumann** considerou ser um dia ímpar, as propostas junto ao Trabalho, estão aí com parcerias



146 também com os empresários e aprovação de projetos federais (fábrica de fraldas, costuras).
147 Registrou também os pontos negativos do desencarceramento – pensa-se na época de Natal,
148 quando são quebradas as regras do monitoramento eletrônico. Contribuindo, a Conselheira
149 **Maria Cristina Fernandes Ferreira (SESA)** trouxe o enunciado: **“Você conhece o grau de**
150 **civilidade de um estado e um país, visitando as suas prisões!”** Ao final dos comentários, a
151 vice presidente, **Terezinha Beraldo Ramos (SEDS)**, agradeceu a participação das técnicas do
152 DEPEN, trazendo informações esclarecedoras. Todos os avanços são resultantes de inúmeros
153 debates. Comunicou também, que atualmente a coordenação já está trabalhando na elaboração
154 da Lei Maria da Penha em áudio e Braille, onde na penitenciária de Maringá esse material já
155 está sendo produzido. **•Apresentação:- Evento – 10 anos: Lei Maria da Penha: Avanços e**
156 **Desafios/ Enunciados COPEVID** - A Dra. Mariana Bazzo (MP/PR – CAOP) iniciou sua
157 apresentação, ressaltando que o evento reuniu promotores e juízes de todo o Brasil e da
158 América Latina. E que devido a intensidade, envolvendo assuntos técnicos, ela apresentará
159 alguns pontos relevantes, de acordo com o roteiro da assessoria de imprensa do MP/PR,
160 abordando portanto os seguintes assuntos: - O caso de Rose Leonel, que foi um dos primeiros
161 ligados a crimes cibernéticos registrados no país; - painéis “Diretrizes Nacionais de Investigação
162 Criminal com Perspectiva de Gênero”, com Barbara Sordi Stock, doutora em Ciências Criminais
163 pela Universidade de Sevilha (Espanha), destacando que o crime de Femicídio é abordado de
164 maneiras distintas nos países e que o Chile desenvolveu um protocolo específico para
165 investigação de crimes relacionados a gênero. - “As Medidas Protetivas de Urgência da Lei
166 Maria da Penha e o Novo Código de Processo Civil”, com o procurador regional da República
167 Sérgio Arenhart, do Ministério Público Federal; - “Identidade de Gênero e Lei Maria da Penha”,
168 com Grazielle Tagliamento, professora da Universidade Tuiuti (orientação a população quanto
169 aos conceitos: identidade de gênero, orientação sexual, transexual, lésbica, atendimento aos
170 transexuais na Delegacia de Mulher, etc); - “Audiência de Custódia em Casos de Violência
171 Doméstica contra a Mulher”, com a promotora de Justiça Lindinalva Rodrigues, do Ministério
172 Público do Mato Grosso (ressaltando que as audiências de custódia podem vir a soltar um réu
173 em até 24 horas, pode prejudicar o principal mecanismo de eficácia da lei Maria da Penha, que
174 é a medida protetiva de urgência, que tem um prazo de 48 horas, uma lacuna que acaba
175 provocando situação de risco nas mulheres. Outro assunto abordado é a ausência de
176 sensibilização por parte das pessoas que realizam essas audiências de custódia, não
177 viabilizando os encaminhamentos necessários que podem ser realizados. **Item 1 – Aprovação**
178 **da pauta**, com a antecipação do item nº 10 - Posição do CEDM, a respeito da Petição “Londrina
179 sem gênero” e a exclusão do item nº 13 – Avaliação do resultado das eleições 2016 com
180 relação a participação das mulheres, que será discutido na plenária da reunião do mês de
181 novembro. **Item 2 - Apreciação da Ata/ Setembro/2016** – esse documento foi lido e apreciado
182 na íntegra, recebendo as considerações a serem postadas. Ao mesmo tempo, a **Secretária**
183 **Executiva Juliana Müller** e a vice presidente **Terezinha Beraldo P. Ramos (SEDS)** ressaltaram
184 às Conselheiras, para que adotassem a prática de efetuarem a leitura antecipada da ata,
185 enviando as possíveis contribuições por e-mail e trazendo para o plenário apenas a aprovação –
186 **APROVADA**. Assim será possível otimizar o tempo. Por outro lado, no que se refere ao
187 Regimento Interno, a Secretária Executiva informou, que o documento após ser apreciado e
188 aprovado pela Comissão de Legislação e Normas na reunião do mês de Setembro/2016, foi
189 analisado pelo Núcleo Jurídico da SEDS/PR e encaminhado as Conselheiras por e-mail.
190 Disponibilizado também no site do CEDM/PR. Na sequência, algumas discussões foram postas,
191 considerando o planejamento das capacitação destinada aos policiais como um todo. Tendo em
192 vista a urgência de se trabalhar com esses profissionais, a **Conselheira Anacélie de Assis**
193 **Azevedo (SINDIPETRO -PR/SC)** avaliou que não conseguirá atingir todos os trabalhadores
194 somente com palestras pontuais. Sugeriu elaborar um cronograma, começando pelos Municípios



195 já nominados. Assim, utilizar as Universidades que já possuem farto material de sensibilização e
196 gênero e com o tempo, vai-se aprimorando. •**Aprovada a Ata com as correções trazidas**
197 **pelas Conselheiras.** No momento seguinte, foi apreciado o **item nº 10 da pauta - Londrina**
198 **sem gênero**", a pedido da **Conselheira Elaine F. Galvão (Rede Feminista de Saúde)**. O seu
199 pleito seria publicar uma nota de repúdio referente a uma petição circulante em Londrina.
200 Segundo ela, um movimento tem distribuído panfletos com ideias distorcidas sobre a discussão
201 de gênero, prejudicando o debate sobre as desigualdades e violências sofridas por mulheres e
202 LGBT associadas às hierarquias históricas de poder. Vídeos estão sendo espalhados, além de
203 perseguições dirigidas aos professores que tentam promover esse debate em sala de aula. A
204 Conselheira relatou que em julho constou na ata do CEDM/PR a sua proposição, assim um dos
205 integrantes do referido movimento elaborou e divulgou em sua página no *facebook* um vídeo
206 desqualificando o CEDM/PR. Um dos comentários do vídeo é que este Colegiado apoia, POR
207 EXEMPLO, que professores mostrem cenas de sexo nas escolas. Assim, a Conselheira Elaine
208 apresentou na tela o texto de um documento de sua autoria em repúdio à Petição "Londrina sem
209 Gênero" e ao vídeo citado." Atenta aos acontecimentos, a Promotora **Dra. Mariana Bazzo**
210 **(MP/PR)** considerou ser uma forte difamação lançada contra as Conselheiras, já que
211 representam um coletivo. Tal atitude vale uma punição. Foi citado pela secretária executiva e
212 pela **vice presidente Terezinha Beraldo P. Ramos (SEDS/PR)** a geração de um protocolo da
213 Ouvidoria da SEDS/PR a respeito. A **Conselheira Cibele C. de Arruda (SEEC)** sugeriu fazer
214 um esclarecimento sobre o que é a igualdade de gênero, para conhecimento geral. Procurando
215 esclarecer a questão, a **Conselheira Elaine** realçou que participa da Política para mulheres em
216 Londrina, atuando com educadores. A ideia é apontar como lidar com as diferenças que estão aí,
217 principalmente com adolescentes que começam a construir suas identidades. Enquanto
218 Conselho, colocar em pauta algum material explicativo, propondo uma atividade tal como um
219 Seminário em Londrina. Mais uma vez **Dra. Mariana Bazzo (MP/PR)** se manifestou, entendendo
220 que os pais precisam ter conhecimento do que acontece em sala de aula. Quando se fala em
221 igualdade de gênero, não é de sexo que se está falando, isso está truncado. O que se vê, é essa
222 difamação que se ensina em hora inadequada. O Conselho existe para trazer igualdade de
223 direitos para as mulheres. A proposta é trabalhar em cima das diversidades e diminuir as
224 diferenças que começam já na 1º infância, disse a **Conselheira Maria Isabel Corrêa (UMB/PR)**.
225 Segundo a **Conselheira Eliana Maria dos Santos (FETEC-CUT-PR)** muitos debates já
226 ocorreram na gestão passada, onde retirar a questão do "gênero" do Plano de Educação, pois
227 trata-se de uma discussão polêmica, poderá fazer uma sociedade mais injusta. Lembrou a
228 **Coordenadora e vice presidente Terezinha Beraldo P. Ramos (SEDS)**, que valeria a pena
229 trabalhar de uma forma mais didática. Publicar no site e encaminhar um convite ao Vereador
230 eleito para vir ao Conselho. Não concordou a **Conselheira Sueli P. De Almeida Coutinho**
231 **(SINDSAÚDE-PR)** com essa vinda, considerando ser mais positivo exigir uma retratação formal
232 e pública, não dando palco para quem quer tripudiar. Diante do exposto, a **Conselheira Elaine**
233 **Ferreira Galvão (Rede Feminista de Saúde)** apoiou essa proposta. **Encaminhamentos**
234 **aprovados:** Solicitar uma retratação pública, produzir alterações no material (Nota de Repúdio)
235 e enviá-lo para a Câmara Municipal de Londrina/PR, para o próprio Vereador eleito causador da
236 polêmica, para o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher/ Londrina e às conselheiras, além
237 da publicação no site do CEDM/PR. •**Intervalo para o almoço**• •**Retomada dos trabalhos às**
238 **14h30min.** • **Item 5 - Relato das Comissões:** •**Comissão de Trabalho e Autonomia**
239 **Relatora – Anacélie de Assis Azevedo (SINDIPETRO -PR/SC)** – Explicou que a comissão está
240 esvaziada, assim a conselheira Juliana Chagas, representante da SINDSAÚDE prontificou a
241 integrar-se a referida comissão. Juliana Muller informou que a SEC recebeu do CEED/PR a
242 resposta do ofício, onde os mesmos explicam à este conselho, que não tem competência para
243 repassar os dados solicitados, assim eles indicam outros órgão que poderão fornecer esses



244 dados. Solicitado assim, que o ofício fosse direcionado à Comissão de Trabalho e Autonomia. A
245 conselheira Marli Mussulini (SEJU- área do trabalho) apontou a importância da Comissão
246 verificar e analisar os dados do Plano Decenal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes
247 dos municípios que está sendo realizado através da SEDS. **Relatório da Comissão: Educação**
248 **Infantil:-** A comissão analisou que o debate sobre Educação Infantil ocorrido na reunião do dia
249 12 de julho ficou prejudicado visto que não houve nenhuma proposição de encaminhamento que
250 colaborasse com a instalação plena desta política. Diante de ter sido uma demanda desta
251 comissão consideramos ser necessário acompanhar o relatório da Secretaria da Educação
252 referente ao atendimento a creche de cada município. Com posse dos dados será realizado
253 ações junto aos conselhos municipais de mulheres e de educação. **Parecer da Comissão:**
254 **Ciente - Parecer do CEDM: Ciente / Observatório do Trabalho:** Suelen, economista do
255 Observatório do Trabalho pertencente a Secretaria da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos,
256 Departamento do Trabalho (DET/SEJU) compareceu na reunião da comissão e se comprometeu
257 a realizar uma pesquisa sobre os dados do trabalho do Estado do PR com recorte de Gênero.
258 Realizaremos nova reunião antes da reunião de plenária do conselho em outubro. **Parecer da**
259 **Comissão: Ciente** - primeiro a comissão irá receber esses dados para posterior apresentação
260 na plenária, com sugestões de encaminhamentos. **Parecer do CEDM: Ciente. Plano Estadual**
261 **de Política para as Mulheres do PR 2014-2016 e planejamento da comissão** A comissão
262 aponta que o Conselho deverá iniciar o debate da construção do próximo plano e análise do
263 vigente. Para próxima reunião da Comissão de Trabalho e Autonomia analisaremos o Plano, o
264 planejamento anterior e as proposições do plano nacional. **Item 5.2 • Comissão de**
265 **Enfrentamento de Violência contra a Mulher** – Relatora - Sueli Preidum de Almeida Coutinho
266 – SINDSAÚDE – **Relatório da Comissão:** Elaborar a proposta de curso do EDA para policiais
267 no atendimento humanizado às vítimas de violência. Proposta do conteúdo do curso, temas a
268 serem tratados: conceito de igualdade de gênero, diversidade sexual, étnica e racial; evolução
269 histórica do movimento de mulheres; lutas gerais das mulheres; Lei Maria da Penha; ciclo da
270 violência contra as mulheres; - Metodologia de desenvolvimento do curso: -estudo de casos de
271 violência contra a mulher atendidas pelos policiais; - análise das reclamações a respeito do
272 atendimento das delegacias e dos policiais; - foco na conservação e preservação das provas dos
273 crimes sexuais e de violência; - estabelecimento de um protocolo de atendimento visando o
274 acolhimento humanizado. **Parecer da Comissão: Ciente - Parecer do CEDM: Ciente. Item 6 -**
275 **Indicação da representante (suplente) da Sociedade Civil para a Câmara Técnica:** A
276 conselheira **Anacélie de Assis Azevedo (SINDIPETRO -PR/SC)** informou que a indicada é a
277 conselheira Vânia Muniz N. Soares (Rede Feminista de Saúde). **Aprovado a indicação.**
278 Terezinha informou que a titularidade permanece com a FETAEP, porém ressaltou que ambas as
279 representantes poderão participar de todas as reuniões. Em seguida, a conselheira **Alaerte**
280 **Leandro Martins (Rede Mulheres Negras -PR)** informou a justificativa de ausência da
281 conselheira Vânia na reunião do CEDM/PR, pois a mesma está participando de uma Vídeo
282 Conferência com a ONU Mulheres Brasil. **7 - Novo Plano Estadual 2017 à 2020: A vice**
283 **presidente Terezinha Beraldo Pereira Ramos (SEDS/PR)**, expôs sua preocupação com
284 relação a elaboração do Plano 2017 – 2020 e solicitou apoio ao colegiado, abrindo para
285 sugestões de propostas de trabalhos. A conselheira **Maria Cristina Fernandes Ferreira (SESA)**
286 sugeriu a ocorrência de uma interface com as comissões específicas de gênero de outros
287 conselhos para que as propostas sejam apreciadas e implementadas ao Plano. **Juliana Chagas**
288 **Mittelbach (SINDSAÚDE)** questionou se a SEDS/PR já iniciou a elaboração do esboço do novo
289 plano. Assim, a conselheira **Anacélie de Assis Azevedo (SINDIPETRO -PR/SC)** propôs a
290 organização de uma metodologia para construção do novo Plano, que contenha as metas que
291 vieram da conferência e as pendências do plano passado, mostrando-se preocupada também
292 com o prazo, afirmando que o colegiado precisa iniciar o quanto antes os trabalhos. Juliana



293 Chagas complementou então, afirmando que o ideal é que o Plano fosse elaborado na
294 conferência estadual. **Maria Isabel Corrêa (UMB/PR)**, afirmou não concordar com essa
295 dinâmica, ressaltando que nas conferências são apresentadas as demandas, porém quem irá
296 construir as propostas é o gestor público. Para contribuir com a discussão, Maria Isabel relatou a
297 experiência na Política da Segurança Alimentar e Nutricional, citando a existência do CAISA –
298 Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional que elabora o Plano, mas conta
299 com a participação de um articulador do conselho que garante que as demandas sejam
300 introduzidas neste contexto e apresentadas no colegiado. **A vice presidente Terezinha**
301 **Beraldo Pereira Ramos (SEDS)** propôs então, a participação de duas representantes do
302 CEDM/PR da sociedade civil organizada no GT de Gênero (composta por membros
303 governamentais de várias Secretarias do Estado) para que a construção do Plano fosse
304 discutido nesse espaço. A conselheira Anacélie não concordou com a proposta, perguntando em
305 seguida à Terezinha, se a SEDS sistematizou os encaminhamentos das conferências. Terezinha
306 Beraldo afirmou que sim, ressaltado que esse material já está divulgado no site, cumprindo
307 rigorosamente o prazo estabelecido na conferência. Anacélie concluiu então, propondo que
308 primeiramente se analise as demandas do plano anterior (separadas pelos 07 eixos do plano) e
309 partindo desse ponto, do que foi concluído ou não, se inicie a construção de novas metas a
310 serem apresentada ao órgão gestor. Contribuindo com a discussão, **Eliana Maria dos Santos**
311 **(FETEC-CUT-PR)**, relatou sua experiência da construção do plano anterior, ressaltando que o
312 colegiado já possuía um esboço e que mesmo assim foi um trabalho extenso. Assim, esse
313 colegiado precisará de 01 ou 02 dias inteiros para fechar as propostas para o próximo plano. A
314 conselheira **Alaerte Leandro Martins (Rede Mulheres Negras- PR)** pediu a palavra para
315 declarar que não está disposta a realizar esse trabalho de construção, afirmando que já
316 trabalhou muito, esse trabalho é da SEDS/PR e que os mesmos devem portanto, trazer o Plano
317 pronto somente para apreciação desse colegiado. Juliana Chagas pediu a palavra, afirmando
318 que o espaço da conferência é democrático, com intenção de que a sociedade civil apresente
319 suas reivindicações para que o governo elabore o Plano, então ela considerou, que este
320 conselho monitore a execução do último plano e direcione as propostas ao órgão gestor,
321 ressaltando a importância da apresentação das demandas da sociedade civil. Terezinha Beraldo
322 complementou, afirmando que na IV Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres, havia
323 60% de representação da sociedade civil, ressaltando que as propostas foram aprovadas por
324 este segmento e pelo governo. E que o trabalho de construção do novo plano será baseado
325 portanto, nessas propostas aprovadas, onde nenhum conteúdo será retirado do que foi posto. E
326 se o governo tiver alguma demanda importante com condições de execução, também será
327 inserido. Assim, a cerca dessa discussão, Juliana Chagas afirmou que nem tudo que é proposto
328 é executado, a exemplo da Secretaria da Mulher. Terezinha afirmou então, que acredita em um
329 trabalho de construção coletiva, com a mão do governo junto com a da sociedade civil e que sua
330 principal preocupação é a finalização do trabalho. Contribuindo com a discussão, a conselheira
331 **Maria Izabel Corrêa (UMB/PR)** afirmou que concorda com a conselheira Alaerte, onde o órgão
332 gestor deverá esboçar o plano, não só por uma questão de atribuição mas também de
333 disponibilidade. Concordou com a proposta da participação no GT de Gênero que irá formatar o
334 plano para ser apreciado e complementado no CEDM/PR com as demandas apresentadas pela
335 sociedade civil juntamente com as demandas do plano anterior. **-Proposta de**
336 **encaminhamento:** A SEDS coordenará a construção do Plano Estadual 2017 à 2020,
337 apresentado a este colegiado a versão preliminar e a versão final, para que o mesmo seja
338 complementado com novas demandas apresentadas pelo CEDM/PR. Então, este trabalho e a
339 apresentação do monitoramento do Plano anterior (2014-2016) ocorrerão em um formato de
340 pauta única, conforme a disponibilidade da equipe técnica da Assessoria da Gestão de
341 Informação da SEDS/PR. Para a sistematização de dados, a Comissão de Planejamento e



342 Orçamento deverá reunir-se antes da reunião do mês de Novembro/2016 (data da reunião a ser
343 definida) com a SEDS/PR. **Item 8 - Casa da Mulher Brasileira.** A conselheira **Ana Cláudia**
344 **Machado (SEPS)**, relatou estar trazendo essa informação ao colegiado como uma forma de
345 prestação de contas sobre o fato da Delegacia da Mulher não estar funcionando ainda na Casa
346 da Mulher Brasileira. Então, devido as discussões sobre os motivos (não autorização da reforma
347 de Delegacia, devido a não entrega da obra da Casa da Mulher Brasileira) ela resolveu
348 encaminhar um ofício ao Banco do Brasil, lendo na íntegra o documento na plenária, contendo
349 as seguintes respostas: O Termo de Recebimento Provisório (TRP) da obra ainda não foi
350 emitido, onde há um processo de aditamento ao contrato com a empresa executora da obra
351 em andamento e pendências a serem sanadas junto à Secretaria Municipal de Obras Públicas –
352 SMOP referente ao Certificado de Vistoria de Conclusão de Obras – CVCO parcial. Sobre a data
353 estimada para a conclusão do processo e o efetivo recebimento da obra, foi informado que a
354 data estimada para a conclusão da obra é de 17/11/2016, no entanto há outros ajustes em estudo
355 para adequação da Casa às exigências da SMOP e emissão do CVCO sem pendências.
356 Tomando a palavra, Terezinha Beraldo complementou dizendo, que por diversas vezes ela teve
357 um posicionamento bem claro durante as reuniões da Comissão, de que a sua maior
358 preocupação era o fato da Delegacia da Mulher não estar presente na Casa da Mulher Brasileira
359 e de que não poderiam iniciar os serviços, sem que todos os órgãos estivessem funcionando na
360 Casa. Quando ela esteve em Brasília, informou à Secretária Nacional, a posição do Estado do
361 Paraná, de que não houvesse inauguração sem que ocorresse a entrega da obra oficialmente.
362 Assim, deixou claro que não há como o Estado fazer as intervenções necessárias na construção
363 (instalação da Delegacia), sem que haja a finalização e entrega da obra. Após algumas
364 discussões entre as conselheiras, entre elas, a conselheira **Josiane Ferreira Liz (Federação de**
365 **Mulheres do Paraná)**, sobre quais as medidas cabíveis a serem tomadas (ação realmente
366 efetiva) e sobre o fato do CEDM/PR já possuir uma comissão específica para tratar esse
367 assunto, **foi sugerido o seguinte encaminhamento:** Envio de ofício à Prefeitura (Secretaria
368 Municipal de Obras Públicas de Curitiba) e à empreiteira da obra responsável, pedindo
369 esclarecimentos sobre esse problema, ressaltando sobre o prejuízo no atendimento. **Item 9 –**
370 **Ações para os “16 Dias de Ativismo pelo fim da Violência contra a Mulher”** - A conselheira
371 **Eliana Maria dos Santos (FETEC – CUT/PR)** sugeriu uma proposta de trabalho, utilizando os
372 meios de comunicação (Rádio Educativa e a TV Educativa) para abordar o tema em questão. As
373 participantes poderiam ser as conselheiras governamentais e da sociedade civil (paridade). Para
374 a próxima reunião sugeriu também, convidar alguém do governo para apresentar os dados
375 oficiais do Índice de Violência contra as Mulheres, abrindo para debate em plenária com base
376 nos dados. Eliana complementou informando sobre a realização da 5ª Pedalada pelo Fim da
377 Violência – Pedindo a palavra, a conselheira **Alaerte Leandro Martins (Rede Mulheres**
378 **Negras -PR)**, apoiou as propostas citadas acima, ressaltando que a data não pode passar em
379 branco sem minimamente ocorrer um mergulho no tema. Dando sequência, a **representante do**
380 **MP/PR, Camila M. Daltoé** informou a realização do Seminário: “Direitos Humanos/ Ministério
381 Público do Paraná”, a ser realizado dia 30/11/2016 à 02/12/16, com a abordagem de diversos
382 temas “, local: Auditório do MP/PR (após as definições dos temas, a programação definitiva será
383 compartilhada). **Item 11 – Informes da Câmara Técnica** – A vice presidente Terezinha Beraldo
384 P. Ramos (SEDS), expôs que na última reunião da Câmara, foi realizado a mesma apresentação
385 realizada hoje pelo DEPEN. Foi retirado uma comissão que está fazendo a revisão do Projeto
386 Integral Básico (um trabalho já com duração de 09 meses) elogiando a participação das
387 conselheiras **Vânia M. Nêquer Soares (Rede Feminina de Saúde)**, da **Alaerte Leandro**
388 **Martins (Rede Mulheres Negras -PR)** e da **Camila M. Daltoé/ MP-PR**. A próxima reunião da
389 Câmara, será no dia 17/10. Proposta de alteração e aprovação do calendário de reuniões do
390 CEDM/PR (até o mês de Março, devido a reforma do 7º andar) – **A SEC Juliana Muller** propôs



391 as seguintes datas: 09/11/2016 – local Emater, 06/12/2016, 07/02/2017 e 15/03/2017 (locais a
392 serem definidos). **APROVADO. Item 12 – Informes da Presidência e Secretaria Executiva –**
393 **Justificativas de ausências recebidas:** - conselheira Tânia Fátima Calvi – CUT/PR, conselheira
394 presidente Doris M. De Jesus (UBM/PR) e a conselheira Vânia M. Nêquer Soares (Rede
395 Feminina de Saúde). **Ofícios Recebidos:** nº 270/2016 de 23/09 Resposta do Conselho Estadual
396 de Educação, informando que os dados atualizados a respeito do déficit de vagas na Educação
397 Infantil poderão ser solicitados aos seguintes órgãos: Associação dos Municípios do Paraná –
398 APM, a União dos Dirigentes Municipais de Educação e a Secretaria de Estado da Educação. -
399 Ofício nº 212/2016 de 07/10 - Grupo Dignidade, informando a substituição das representantes
400 titular, Heliana N. H. Dos Santos por Giana de Marco Vianna da Silva e a suplente Rafaelly
401 Wiest por Ana Zaiczuk Raggio (processo em trâmite, solicitado a via original por e-mail no 16/09
402 - Informativo da ASCOM: sobre a disponibilização do site do CEDM que foi reestruturado.
403 www.cedm.pr.gov.br;- Ofício nº 2023/2016 – 14/09 SESA – referentes ao Plano Estadual de
404 Políticas p/ Mulheres. **Item 14 – Palavras das conselheiras –** conselheira **Alaerte Leandro**
405 **Martins (Rede Mulheres Negras -PR)** convite para o “2º Encontro Outubro Rosa, a ser
406 realizado dia 27/10, reserva de 30 vagas para os movimentos sociais, apresentação da Rede
407 Feminina de combate ao câncer. Incitação – Organizar um encontro de 02 dias para o mês de
408 Março/2017. “Encontro dos Conselhos dos Direitos da Mulher do Paraná (47 conselhos no
409 Paraná), com pauta p/ a próxima reunião. Conselheira **Eliana Maria dos Santos (FETEC-CUT-**
410 **PR)**: dia 12/10 ocorrerá a “Assembleia da APP”, no Paraná Club, a respeito do congelamentos
411 dos salários, com indicativo de greve, a partir do dia 17/10. Conselheira **Sueli Preidum de**
412 **Almeida Coutinho (SINDSAÚDE – PR)**: celebração da ONU – Dia Internacional das Meninas,
413 no dia 11/10, marca os progressos realizados na promoção dos direitos das meninas e mulheres
414 adolescentes e reconhece a necessidade de se ampliar as estratégias para eliminar as
415 desigualdades de gênero em todo o mundo. Conselheira **Maria Marucha S. Vettorazzi**
416 **(FETAEP)**, ressaltou que em Brasília estarão sendo trabalhadas as temáticas das mulheres com
417 garantia de paridade. O processo está caminhando nos anais do Congresso (direitos das
418 mulheres das águas e dos campos). Conselheira **Marli A. Vaz Mussulini (Diretoria do Trabalho**
419 **– SEJU)**: inauguração do Centro Estadual de Formação para Migrantes, Refugiados e Apátridas
420 (parceria entre a SEDS e a SEJU). A representante do MP/PR, **Camila M. Daltoé** comunicou
421 que a Dr. Mariana Bazzo recebeu o vídeo da questão da Petição de Londrina, que está sob
422 análise. Conselheira **Elaine Ferreira Galvão (Rede Feminista de Saúde)**, apresentou o
423 relatório do projeto “Gênero e Políticas Públicas”, onde registrou esse momento no livro “Gestão
424 de Políticas Públicas com perspectiva de gênero” (material distribuído às conselheiras). A
425 Conselheira vice presidente **Terezinha B. Ramos (SEDS)** deu por encerrada a reunião,
426 agradecendo a presença e contribuição de todas as conselheiras. A presente ata foi gravada e
427 redigida pela Servidora Regina Amasiles Rodrigues Costa (da equipe da Secretaria
428 Executiva/Conselhos), digitada por Stefani Heichuk de Oliveira, sendo a Secretária Executiva
429 Juliana Müller. O documento após aprovado será publicado no DIOE e inserido no site do
430 CEDM.
431